

Sindicatos perdem 2 milhões de associados

Por Bruno Villas Bôas

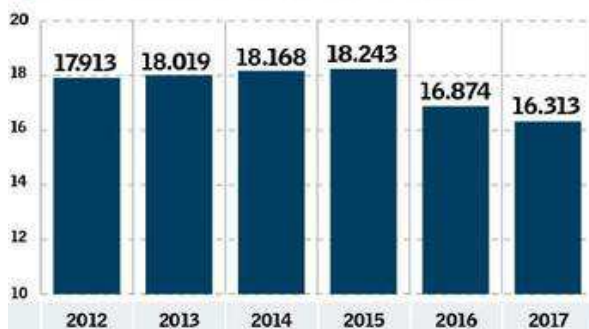
A perda de empregos com carteira assinada no país afetou a representação sindical nos últimos anos. Dados divulgados ontem pelo IBGE mostram que os sindicatos brasileiros tinham 16,3 milhões de associados no ano passado, quase 2 milhões a menos do que dois anos antes (18,2 milhões em 2015). É o nível mais baixo desde 2012, primeiro ano de realização da pesquisa.

"De 2015 para 2016, o país perdeu mais 1 milhão de ocupações e a perda foi maior entre pessoas de carteira assinada, que costumam ter maior peso de sindicalizados. Já no ano passado, a recuperação do emprego ocorreu nas ocupações sem carteira, menos sindicalizadas", disse Adriana Beringuy, analista da Coordenação de Trabalho e Rendimento do IBGE.

Representação menor

Pessoas vinculadas a sindicatos de trabalhadores, em mil

■ Número de trabalhadores sindicalizados



55% dos
sindicalizados em
2017 eram homens

■ Número de trabalhadores cooperados



Fonte: IBGE

Desta forma, a taxa de sindicalização dos trabalhadores (empregados e não empregados) recuou de 13,1% em 2015 para 11,5% em 2017. Foi também o menor patamar da série histórica da pesquisa do IBGE, iniciada em 2012. Se considerados apenas os trabalhadores empregados, a taxa de sindicalização recuou de 15,8% em 2015 para

1

INFORME

14,4% em 2017, menor da série. A desfiliação sindical foi maior na indústria (-547 mil), na agricultura (-336 mil) e na administração pública (-175 mil) de 2015 a 2017. Todas as grandes regiões do país tiveram redução no número de sindicalizados, com destaque para Sudeste (-682 mil sindicalizados), Nordeste (-591 mil) e Sul (-551 mil) no período analisado.

Para o IBGE, a reforma trabalhista não teve ainda influência sobre os resultados de 2017. A lei afetou a atividade sindical ao determinar o fim da obrigatoriedade do imposto sindical, entre outras medidas. A analista lembrou que lei entrou em vigor no fim de novembro do ano passado e a pesquisa foi a campo em diferentes trimestres de 2017. A pesquisa mostrou ainda que, 3,2 milhões de pessoas desenvolveram suas atividades na própria residência no ano passado, 443 mil a mais do que em 2016. O crescimento estaria relacionado ao maior número de trabalhadores por conta própria.

Já o número de brasileiros que trabalham em vias ou áreas públicas - como camelôs, vendedores de quentinhas, distribuidores de panfletos - também cresceu, embora em ritmo mais modesto. Em 2017, 2,07 milhões de pessoas trabalhavam em vias ou área públicas, 15 mil a mais do que no ano anterior.

A surpresa da pesquisa veio do campo. Apesar da safra recorde de 2017, o total de trabalhadores ocupados em fazendas, granjas, sítios ou chácaras ficou menor. Eram 8,17 milhões de pessoas ocupadas nesses locais naquele ano, 274 mil pessoas a menos do que em 2016, conforme os dados do IBGE.

De acordo com a técnica, a redução foi mais intensa no Norte e Nordeste do país, regiões caracterizadas pela existência da agricultura familiar. "Não estamos falando do grande agronegócio, que bateu recorde em 2017, mais concentrado no Centro-Oeste", disse Adriana, lembrando que a região Nordeste sofreu com a seca ao longo do período.

Os dados do IBGE que mostram as mudanças no mercado de trabalho brasileiro chegam um dia após o presidente eleito, Jair Bolsonaro, confirmar que o Ministério do Trabalho e Emprego será extinto. A notícia continuou suscitando reações. O Fórum Nacional de Secretarias do Trabalho (Fonset) atacou a proposta: "Seria um erro histórico". A atual equipe da pasta pretende apresentar argumentos e propostas para tentar reverter a decisão. Ontem, servidores do ministério fizeram uma manifestação em defesa da permanência da pasta. Segundo a administração do edifício-sede do ministério, cerca de 600 servidores abraçaram o prédio, numa demonstração de repúdio à extinção do órgão.

(Fonte: Valor Econômico – 09/11/2018)

2

Indicador de emprego no País recua

O Indicador Antecedente de Emprego (IAEmp) recuou 0,2 ponto em outubro, para 90,8 pontos. Este é o oitavo mês consecutivo de queda do índice, que retorna ao patamar de dezembro de 2016 (90,0 pontos), divulgou ontem a Fundação Getulio Vargas (FGV).

"O índice antecedente do emprego (IAEmp) teve mais um recuo mostrando a continuação do processo de ajuste de expectativas. A queda do índice mostra a reversão do otimismo quanto ao dinamismo da atividade econômica que teve desempenho abaixo do esperado em 2018. Além disso, ainda existe a incerteza quanto ao crescimento em 2019", afirma Fernando de Holanda Barbosa Filho, economista do Instituto Brasileiro de Economia (FGV IBRE).

Já o Indicador Coincidente de Desemprego (ICD) aumentou 2,6 pontos em outubro, para 100,2 pontos, voltando ao patamar de dezembro de 2017 (100,3 pontos). O ICD é um indicador com sinal semelhante ao da taxa de desemprego, quanto menor o número, melhor o resultado.

"O aumento do índice coincidente de emprego (ICD) mostra um mercado de trabalho ainda bastante difícil para o trabalhador. O recuo suave das taxas de desemprego ainda não foi suficiente para fazer com que o trabalhador sinta uma melhora na situação atual do mercado de trabalho", continua Fernando de Holanda.

Componentes

Três dos sete indicadores que compõem o IAEmp contribuíram positivamente para o aumento do índice, com destaque para o indicador que mede o emprego local futuro da Sondagem do Consumidor, que aumentou 8,1 pontos entre setembro e outubro.

As classes de renda que mais contribuíram para o aumento do ICD foram as dos grupos de consumidores que auferem renda familiar até R\$ 2.100,00 e a faixa entre R\$ 2.100,00 e R\$ 4.800,00, com aumento de 6,1 e 4,2 pontos respectivamente.

(Fonte: DCI – 09/11/2018)